Os conselhos na revolução alemã de 1918/19*

Isabel Loureiro**

O historiador alemão H. A. Winkler, no seu último livro,[1] defende a tese de que em 1990, com a reunificação, a Alemanha finalmente abandonou o "*Sonderweg*" (caminho particular) para entrar no círculo das democracias ocidentais, no que denominou – título alemão do livro – de "longo caminho para o ocidente". A pergunta crucial que os historiadores alemães procuraram responder depois da 2ª Guerra Mundial era como tinha sido possível a chegada de Hitler ao poder e se o caminho da catástrofe poderia ter sido evitado. Uma das pesquisas mais esclarecedoras e exaustivas, no sentido de responder a essas questões, feita a partir dos anos 1960 por historiadores como E. Kolb e o próprio Winkler, diz respeito ao papel dos conselhos na revolução alemã de 1918/19 (*Novemberrevolution*). Ela mostra com base na análise de amplas fontes primárias que a ascensão de Hitler poderia ter sido evitada, apesar das peculiaridades da formação social alemã.

Como já apontava Marx em 1843, a Alemanha, pela sua peculiar configuração histórica (o tema do atraso alemão, fonte de uma literatura inesgotável que começa no séc. XVIII) era o país das restaurações sem revolução. Fórmulas como "modernização conservadora" (Barrington Moore Jr.), "via prussiana" (Lênin, Lukács) buscaram traduzir o caminho particular da sociedade alemã rumo à modernidade, feito pelo alto, numa aliança entre burguesia industrial e nobres proprietários de terra, que Marx traduziu de maneira epigramática na seguinte passagem da *Crítica do Programa de Gotha* (1875): "um Estado que não passa de um despotismo militar, com uma armadura burocrática e blindagem policial, adornado de formas parlamentares, com misturas de elementos feudais e de influências burguesas". Essa via rumo à modernização capitalista excluía politicamente as classes subalternas, apesar do gigantesco desenvolvimento

---

* O presente artigo resume uma parte do livro de minha autoria, *A revolução alemã* (1918-1923), São Paulo, Editora UNESP, 2005. Uma primeira versão foi apresentada no IV Colóquio Marx e Engels, em novembro de 2005, Unicamp.

** Professora aposentada do Departamento de Filosofia da UNESP/Marília; atual presidente da Fundação Rosa Luxemburg no Brasil.

[1] *Der lange Weg nach Westen.* Munique: C. H. Beck, 2000. Tradução francesa: *Histoire de l'Allemagne, XIXe-XXe siècle* – Le long chemin vers l'Occident. Paris: Fayard, 2005.

industrial do país nas últimas décadas do séc. XIX, e do correspondente crescimento da social-democracia alemã, na época o partido operário mais importante do mundo.

Assim como na frustrada revolução de 1848, em 1918-1923 as forças populares foram derrotadas pelo "partido da ordem", derrota que acabou tornando anêmica a própria República, de tal sorte que sua liquidação era apenas uma questão de tempo. Minha "tese",[2] trocada em miúdos, é que a República não se enraizou nesse país de "modernização conservadora" justamente porque a democracia radical corporificada nos conselhos de operários e soldados, criados espontaneamente no início da revolução, foi liquidada pelas lideranças conservadoras do movimento operário, em particular pela social-democracia, cujos símbolos maiores eram nesse momento os social-democratas Ebert e Noske.

A história que passo a contar é típica de países de "desenvolvimento desigual e combinado", que ao fazer economia da revolução democrático-burguesa, preservaram o poder das velhas elites autoritárias. No caso da Alemanha esse poder poderia ter sido quebrado em 1918/19, com a aliança entre a social-democracia no poder e a vontade das massas populares que se manifestava nos conselhos. Tal aliança poderia ao menos ter lançado os alicerces da República democrática, uma vez que a revolução socialista não estava na ordem do dia, independentemente do que pensava a extrema-esquerda na época. Como é impossível nos limites de um artigo expor todo esse período histórico e a acirrada luta de classes que opôs revolução e contra-revolução, vou me limitar a analisar a trajetória da força político-social mais importante no início da revolução, os conselhos de operários e soldados, na tentativa de mostrar o seu *papel real* e sua relação com o campo da esquerda na Alemanha do imediato pós-1ª Guerra Mundial.

Entretanto, gostaria de enfatizar que para além do interesse estritamente historiográfico deste artigo, há uma outra razão – mais propriamente política – para voltarmos novamente ao tema dos conselhos (*Räte*). Um marxista heterodoxo como Herbert Marcuse, para quem compreender as causas da derrota da revolução socialista no ocidente foi o eixo em torno do qual se estruturou seu pensamento, sempre viu nos conselhos a mais importante criação da revolução alemã, uma conquista a ser preservada por uma sociedade *efetivamente* democrática. Também Hannah Arendt, que está longe de ser marxista, considerou os conselhos o "tesouro perdido" da tradição revolucionária. Não por acaso, para a oposição de esquerda ao stalinismo no decorrer do

[2] Esta interpretação da revolução alemã segue a vertente historiográfica dominante na Alemanha hoje representada por historiadores como E. Kolb e H. A. Winkler.

séc. XX, os conselhos, aliados ao ideário socialista democrático de Rosa Luxemburg, funcionavam como uma espécie de senha de resistência ao comunismo burocrático. Assim sendo é meu objetivo, a partir da história dos conselhos alemães, fazer algumas reflexões que contribuam para uma política de esquerda hoje.

Conselhos e partidos

Falar em conselhos significa falar em democracia direta, ou democracia radical (em oposição à democracia representativa). A primeira vez que os conselhos como forma política de organização democrática das classes subalternas surgiu no ocidente foi com a Comuna de Paris de 1871. Era uma tentativa de superar a crise do Estado moderno decorrente das desigualdades da ordem capitalista e da pouca influência dos indivíduos nas decisões que os afetavam. Os conselhos visavam criar uma nova forma de soberania popular e assim pretendiam substituir (ou complementar) o Estado de direito burguês (com sua separação dos poderes) por um novo princípio estatal. Numa democracia conselhista o povo se organiza de baixo para cima em pequenas unidades: fábricas, comunidades, bairros, escolas, etc. que foi o que se viu p.ex., por um curto espaço de tempo, em Munique.

Um dos traços que H. Arendt mais valoriza nos conselhos alemães é que os representantes eleitos eram depositários da "confiança dos seus iguais, e esta igualdade não era natural, mas política, não era nada com que tivessem nascido; era a igualdade daqueles que se tinham arriscado e estavam agora empenhados num mesmo empreendimento".[3] Como sabemos, os representantes nos conselhos eram eleitos para cumprir tarefas precisas e seu mandato era imperativo, ou seja, podia ser revogado a qualquer momento. A idéia é que o controle dos representantes pelos representados impediria a criação de uma casta de políticos autônoma, a burocracia e a corrupção.

Os conselhos sempre surgiram em momentos de ruptura da ordem estabelecida. Assim foi com a revolução russa de 1905, com a de 1917, e com a revolução alemã de 1918. Os conselhos alemães foram em grande parte criação espontânea dos trabalhadores alemães, surgiram de forma improvisada, independentemente de iniciativas partidárias, como expressão da auto-organização das massas e representavam o movimento no seu conjunto. Eram na maioria compostos por social-democratas

[3] *Sobre a revolução*, Moraes Editores, p.274.

majoritários e independentes,[4] e muitos conselhos de soldados elegiam até mesmo representantes oriundos da burguesia.

Na medida em que eram dominados por uma maioria de social-democratas moderados e de sindicalistas, os conselhos não se viam como adversários, e sim como administradores do governo de coalizão SPD/USPD, lutando por uma genérica política socialista e para destruir o Estado autoritário. Embora nas primeiras semanas da revolução tivessem o poder político e militar, não souberam utilizá-lo para pôr em prática suas reivindicações sociais e políticas, tais como: reforma do exército, socialização das indústrias "maduras para isso" (minas, sobretudo), "democratização da administração", isto é, ocupação de altos cargos administrativos por partidários do novo governo. Ficaram à espera de que o governo dos Comissários do Povo tomasse a iniciativa das reformas, porque viam como sua tarefa principal manter a ordem e a segurança públicas, reprimir a contra-revolução, assegurar o abastecimento do país e a desmobilização do exército.[5] Nessas primeiras semanas os conselhos exerceram o poder sob a forma de um maior ou menor controle sobre os funcionários civis e militares, o que freqüentemente acarretou tensões entre conselhos e governos locais. Essas tensões decorriam antes da falta de clareza no tocante às atribuições de cada órgão do que do desejo dos funcionários dos conselhos de se oporem ao governo.

Os conselhos chegaram a ser oficialmente reconhecidos, o que poderia ter dado início à sua institucionalização. Tal não aconteceu porque nesses dois meses a grande maioria dos seus membros não os via como instituições duradouras, mas apenas como fenômenos transitórios que dariam lugar à República parlamentar, encarada como a mais importante "conquista" da revolução. É fato sobejamente conhecido que a grande maioria dos membros dos conselhos não queria uma ruptura radical; seu programa não era a revolução socialista, a ditadura do proletariado, a continuidade da revolução. Seus

---

[4] São chamados majoritários os membros do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), liderado por Ebert, e independentes os membros do Partido Social-Democrata Independente (USPD), formado em abril de 1917, após a expulsão do grupo de oposição à política de apoio à guerra por parte do SPD. Com a queda da monarquia em novembro de 1918, os dois partidos formam um governo de coalizão, em que o poder executivo fica a cargo de um Conselho dos Comissários do Povo (*Rat der Volksbeauftragten*), que durará até dezembro desse ano, quando, por divergências políticas cada vez mais profundas, os independentes rompem com os majoritários. A Liga Spartakus liderada por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht é uma tendência dentro do USPD, até que por sua vez as diferenças entre spartakistas e independentes levam os primeiros a fundarem, no final de 1918, junto com os "radicais" de Bremen, o Partido Comunista Alemão (KPD). Os spartakistas ficam na oposição ao governo social-democrata.

[5] E. Kolb, Arbeiter-und Soldatenräte in der deutschen Revolution. In: M. Salewski, (Org.) *Die deutschen und die Revolution*. Göttingen/Zurique: Muster-Schmidt Verlag, 1984, p.311-2.

objetivos eram extremamente moderados, como mostra o resultado do 1º Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados, de que falarei a seguir.

Qual era a posição dos partidos de esquerda em relação aos conselhos? Os spartakistas, liderados por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, defendiam a palavra de ordem de "todo poder aos conselhos", junto com a ala esquerda do USPD, mas eram minoria. A ala direita do USPD era favorável à Assembléia Constituinte, porém defendia o adiamento das eleições para que nesse tempo se assentassem as bases de uma democracia social, a partir de reformas estruturais. O SPD, por sua vez, via os conselhos como órgãos transitórios que deviam ceder lugar o mais rápido possível à Assembléia Constituinte, única fonte do poder legítimo. O objetivo primeiro da social-democracia era manter a ordem a todo custo; ela identificava conselhos com baderna e fez de tudo para liquidá-los. A burguesia e os sindicatos também se opunham aos conselhos e à revolução. Em resumo, uma República conselhista não estava na ordem do dia em novembro de 1918, porque todas as forças políticas relevantes eram favoráveis às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Esta acabou sendo a posição vencedora.

O golpe de misericórdia nos conselhos, nesse primeiro momento, foi dado por eles mesmos. No 1º Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados, realizado em Berlim em meados de dezembro de 1918, por 344 votos a 98, foi rejeitada a moção de manter o sistema conselhista "como fundamento da Constituição da República socialista", e também a proposta de dar aos conselhos o mais alto poder legislativo e executivo. O escritor Ernst Toller (ala esquerda do USPD), membro da República conselhista da Baviera, disse com razão que com essa decisão "A República pronunciara sua própria sentença de morte".[6] Para ele e para a esquerda de maneira geral, os conselhos representavam de fato a possibilidade de criar na prática uma democracia popular, fortemente enraizada, que teria forças para se opor à extrema-direita.

No entanto, apesar desse suicídio político (que Rosa Luxemburg criticou veementemente em alguns artigos na *Rote Fahne*) – e isto é central na minha argumentação – o próprio Congresso fez reivindicações democráticas, tais como eleição dos oficiais e nacionalização das fábricas. Ou seja, os representantes dos conselhos de toda a Alemanha defendiam a democratização do exército (um ponto muito sensível

---

[6] E. Toller, *Ein Jugend in Deutschland* (1933). Munique: Rowohlt, 1990, p.83.

para os soldados que tinham suportado durante quatro anos os arrogantes oficiais prussianos), da administração e da economia. Em suma, os conselhos esperavam medidas do governo federal e dos governos locais no sentido de impedir que os setores reacionários da sociedade se fortalecessem novamente. Evidentemente os majoritários engavetaram essas reivindicações democráticas, e a história se vingou deles mais tarde.

A situação em Berlim se radicalizou rapidamente durante o mês de dezembro de 1918. Uma revolta de marinheiros no Natal, duramente reprimida (mas que mesmo assim alcançou a vitória com o apoio da população) foi o pretexto para os independentes saírem do governo, que se tornou um governo exclusivamente dos social-democratas de direita, apoiado pelos ministros burgueses e pela burocracia. No final de dezembro, a extrema-esquerda saiu do USPD e fundou o KPD. Este, sofrendo desde o início de um radicalismo inconseqüente (contra a vontade de dirigentes lúcidos como Rosa Luxemburg e Paul Levi), se recusou a participar das eleições para a Assembléia Constituinte. O resultado desse "esquerdismo infantil" foi o isolamento dos comunistas em relação às massas trabalhadoras.

Começou então a fase radical da revolução (considerada por muitos historiadores como a verdadeira revolução alemã), fruto da desilusão com a timidez do processo revolucionário, e não porque a Alemanha estivesse, desde a queda da monarquia, às portas do bolchevismo.

Na primeira semana de janeiro ocorreu em Berlim o que ficou conhecido como "insurreição de janeiro", ou "insurreição spartakista". Esta denominação não é muito adequada uma vez que a maioria da direção spartakista (agora comunista) se posicionou contra o que considerava um levante prematuro, condenado ao fracasso. Os trabalhadores de Berlim não estavam dispostos a pegar em armas, apenas a fazer manifestações e reivindicavam a "unidade" de todas as correntes socialistas, ou seja, se opunham à derrubada do governo social-democrata. Este aproveitou a falta de coordenação e a perplexidade dos revolucionários para desencadear uma repressão brutal. O social-democrata Gustav Noske (que se considerava a si mesmo com orgulho o *Bluthund* – carniceiro sanguinário), comissário da defesa, entrou em Berlim à frente dos corpos francos (*Freikorps*), forças paramilitares extremamente violentas formadas por oficiais conservadores e monarquistas, inimigos não só da revolução como da República. As lideranças comunistas foram assassinadas friamente: Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht no dia 15 de janeiro, Leo Jogiches em março. O KPD foi decapitado de seus líderes mais importantes, o que provocou na esquerda uma cisão insuperável.

A indescritível violência das forças da ordem contra os revolucionários se traduziu numa radicalização crescente dos trabalhadores também em outras regiões da Alemanha. O período que vai de janeiro a abril/maio de 1919 foi muito mais conflituoso que o de novembro/dezembro de 1918. Greves (em Berlim uma greve geral em março é brutalmente reprimida, centenas de trabalhadores perdem a vida), repúblicas conselhistas de curta duração (Bremen, Munique), ocupação de jornais, de prédios públicos, de fábricas, enfrentamentos armados. Agora predominavam as idéias radicais visando a uma mudança profunda no sistema político e econômico.

República dos conselhos da Baviera

A interpretação dominante hoje da revolução alemã diz que apesar da mudança de regime político muito pouco se alcançou em face das oportunidades revolucionárias então existentes. A ala majoritária da social-democracia não quis democratizar radicalmente a administração, a economia e a política, o que poderia ter sido alcançado com a colaboração dos conselhos.

O modelo de uma transformação mais profunda da sociedade – com a ajuda dos conselhos, e não eliminando os conselhos – tal como iniciada na Baviera pelo moderado Kurt Eisner (ala esquerda do USPD), embora não tenha passado de um experimento de curta duração, mostra que havia brechas que não foram aproveitadas. O exemplo de Munique indica que a cooperação dos conselhos na gestão dos assuntos públicos não conduzia necessariamente ao bolchevismo – o grande espantalho da direita e dos socialistas moderados – mas poderia ter aberto o caminho para instituir uma forte democracia parlamentar e social. Para o historiador Arthur Rosenberg, "A Baviera oferecia o modelo de uma combinação racional entre conselhos e legalidade parlamentar."[7] Trata-se evidentemente de uma hipótese e não podemos ignorar que dificilmente a revolução teria podido manter-se no sul do país, isolada de uma Alemanha contra-revolucionária.

Contrariamente ao que acontecia em Berlim, em Munique o governo se apoiava nos conselhos: desejava aumentar-lhes o poder e não eliminá-los. Diferentemente de Ebert que só queria liquidar a revolução, de Liebknecht que exigia da revolução o que ela não queria dar, Eisner propunha uma república conselhista que correspondia à situação real da Alemanha. Ou, em outras palavras, propunha a convivência entre

[7] *Entstehung und Geschichte der Weimarer Republik*. Frankfurt: Europäische Verlagsanstalt, 1983, p.68.

Parlamento e conselhos. Nas jornadas de novembro 6 mil conselhos haviam sido criados. Em Augsburg, centro da indústria têxtil perto de Munique, eles eram praticamente governo; em outros lugares assumiram as funções dos antigos funcionários públicos. E em contraste com o resto da Alemanha, uma parte dos camponeses também se tinha organizado nos conselhos, sobretudo no sul, com a Liga Camponesa. Na Baviera, como por toda a parte, com maior ou menor clareza os conselhos encarnavam o desejo de mudança da população, o que Eisner soube aproveitar para levar adiante seu projeto político.

Para ele os conselhos eram os alicerces da democracia, o que permitiria uma crescente democratização interna do país e impediria o fortalecimento da reação. Os conselhos seriam um meio de educar politicamente as massas na medida em que exerceriam funções de controle de toda a vida pública. Não era claro como o sistema deveria funcionar, a não ser que conselhos e Parlamento deveriam conviver num sistema equilibrado de divisão de poderes em que caberia aos conselhos a tarefa de co-dirigir o Parlamento e de representar diretamente a vontade popular, enquanto o Parlamento mantinha suas funções legislativas, mas não poderia agir de forma totalmente independente dos conselhos. Eisner não era ingênuo, ele tinha consciência das tensões entre conselhos e Parlamento, mas via nessas tensões um elemento positivo que impediria que a política se imobilizasse numa atividade formal. A idéia é que só assim a democracia poderia se enraizar, porque os conselhos dariam vida ao Parlamento, que desse modo não seria um órgão meramente formal, solto no ar.

O que subjazia a esta proposta era a idéia de que na Alemanha de 1918/19 o Parlamento não bastava para destruir as velhas estruturas do império e garantir a vitória da revolução. Tanto que enquanto o primeiro Congresso dos Conselhos em Berlim, em meados de dezembro de 1918, antes mencionado, votava contra a proposta de República conselhista, a Baviera mantinha no Reich sua trajetória particular e permanecia fiel aos conselhos.

Mas Eisner, apesar de sua enorme popularidade, foi assassinado por um jovem tenente de direita no dia 21 de fevereiro. Em meio à comoção geral, Munique submergiu num clima de anarquia, sendo os conselhos a única autoridade em face do caos. O governo social-democrata de plantão simplesmente não conseguia governar. Essa situação radicalizada desembocou então na proclamação da República dos conselhos em Munique, no dia 7 de abril, por uma estranha coalizão em que figuravam independentes e anarquistas. Os comunistas, que consideravam que a República conselhista não tinha

condições de sobreviver, que os trabalhadores ainda eram imaturos, e que a tomada do poder só servia para fortalecer a reação, ficaram na oposição a essa primeira República dos conselhos, dominada por escritores como Toller (ala esquerda do USPD), Landauer (anarquista), o filósofo (positivista) e economista político vienense Otto Neurath, entre os mais conhecidos. Na sua clássica história da República de Weimar, A. Rosenberg considera esse grupo um bando de "sonhadores", contrapondo-o a Kurt Eisner, de quem diz o seguinte: "Na pessoa de Eisner, a revolução alemã e, sobretudo, o operariado socialista alemão perderam o único estadista criativo que havia surgido desde novembro de 1918. Nos tempos vindouros, de impotência e mediocridade, a falta de Eisner deveria ser fortemente sentida."[8]

A República dos escritores vivia em permanente tensão. Uma tentativa de golpe contra-revolucionário no dia 13 de abril, fracassado em virtude do apoio dos trabalhadores ao governo conselhista, levou os comunistas de Munique a mudarem de posição, e a proclamarem a "verdadeira" República dos conselhos, agora sem a participação dos anarquistas. Na realidade, tratava-se de organizar a defesa da República conselhista (muito difícil por falta de armas e de soldados bem treinados), contra os corpos francos que ameaçavam a toda hora invadir a cidade. O ataque a Munique começou no dia 23 de abril, no dia 30 a cidade foi cercada. Uma onda de terror branco como nunca se vira até então, nem mesmo durante a semana spartakista em Berlim, invadiu Munique, e centenas de revolucionários foram executados sem julgamento. Com o massacre da República conselhista da Baviera pelos corpos francos encerrou-se a revolução alemã e acabaram-se as ilusões desta época "sobre a facilidade da tomada do poder".[9] Passou a reinar na Alemanha a ordem imposta a ferro e fogo pelo governo da ala majoritária do SPD, ordem legitimada pelas eleições à Assembléia Nacional Constituinte (19 de janeiro de 1919) e apoiada pelas forças conservadoras.

A direita de fortalece

A partir de meados de 1919 a Alemanha submergiu numa "onda de direita" (E. Troeltsch). Um apanhado sumário dos acontecimentos que vão de 1919 a 1923 mostra uma série de ataques e tentativas de golpe contra a República por parte da direita, enquanto na esquerda continuavam as greves e os movimentos revolucionários num contexto de crise econômica crescente. Mas enquanto os extremistas de direita eram

---

[8] Idem, p.67.
[9] Pierre Broué, *Révolution en Allemagne* (1917-1923), Paris, Les Editions de Minuit, 1971, p.278.

tratados com indulgência por um judiciário altamente conservador – que não havia sido "depurado" pelo novo governo – impregnado dos valores da época imperial e avesso à República, a extrema-esquerda era submetida a sentenças draconianas, inclusive à pena de morte. Segundo o historiador E. Kolb, a Justiça carrega uma parte da responsabilidade pela derrota da República na medida em que colaborou para que ela se sujeitasse aos movimentos totalitários de direita.

Em março de 1920, uma tentativa de golpe da extrema-direita que entrou para a história como "putsch de Kapp", foi derrotada por uma greve geral convocada pelo governo social-democrata e pelos sindicatos reformistas, numa última e impressionante demonstração de força e unidade por parte dos trabalhadores. A greve geral continuou por algum tempo e os sindicatos propuseram a formação de um "governo operário" (SPD e USPD), proposta que não foi concretizada. Várias reivindicações foram feitas no sentido de corrigir as meias-medidas anteriores e dar à República uma base social sólida constituída pela classe operária, que pela segunda vez, mostrava sua força. Mas nada disso foi adiante, e o exército avançou na região do Ruhr (a região mais industrializada do país, onde a greve era mais forte) instalando uma campanha de terror que levou à derrota dos trabalhadores. A conseqüência foi que grande parte da classe operária dessa região deixou de apoiar a social-democracia e a República.

A história da revolução alemã, de novembro de 1918 até a derrota do putsch de Kapp em março de 1920 configurou-se como uma história de lutas, mais ou menos espontâneas, cujo grande protagonista foram as massas trabalhadoras organizadas nos conselhos. A partir de 1921 o panorama mudou: as grandes massas deram lugar a um ator principal, o Partido Comunista que, dilacerado por lutas fratricidas e submetido às exigências da Internacional Comunista (IC) fundada em março de 1919, embarcou em duas tentativas frustradas de tomada do poder ("ação de março" de 1921, "outubro alemão" de 1923), cujo resultado foi levá-lo ao isolamento.

Foi um processo complexo, cheio de lances dramáticos, em que o jovem partido comunista teve sua trajetória marcada pela ausência de lideranças experientes e teoricamente sólidas como Rosa Luxemburg, assassinada em janeiro de 1919. Em abril de 1921, a expulsão de outro importante dirigente, Paul Levi, velho spartakista amigo de Rosa Luxemburg e que, como ela, mantinha a independência em relação aos bolcheviques, exacerbou o processo de desmoralização do KPD, culminando na sua total subserviência aos interesses externos e internos da política soviética.

De 1921 a 1923 assistiu-se ao estertor da revolução. Os conselhos saíram de cena (embora tenham tido uma ressurreição meteórica em março de 1920, por ocasião da resistência ao putsch de Kapp). Os poderes que lhes tinham sido concedidos em novembro de 1918 foram sendo paulatinamente restringidos e acabaram suprimidos na nova Constituição, promulgada em agosto de 1919. A falta de ousadia dos constituintes, refletindo o compromisso de classes característico de um governo de coalizão, fez com que ignorassem a criação mais original da revolução de novembro, os conselhos operários, limitando-se a uma pequena menção à co-gestão operária no quadro de conselhos econômicos.

Desde fevereiro de 1920, o artigo 165 da Constituição, que previa a participação dos trabalhadores nas decisões através de um sistema escalonado de conselhos, foi concretizado pela lei sobre os conselhos de fábrica (*Betriebsräte*). Esta lei gerou insatisfação tanto do lado dos patrões, que julgavam excessivo o nível de co-gestão, quanto do lado da esquerda radical, que o considerava insuficiente. Os direitos concedidos aos representantes dos trabalhadores nos conselhos de fábrica eram de fato muito modestos. Apesar disso, os conselhos de fábrica animados pelos comunistas desempenharam um papel relevante no verão de 1923, funcionando ao mesmo tempo como órgãos de poder e como defensores dos direitos dos trabalhadores no *local de trabalho*.

Mas o fato é que os conselhos como nova forma de poder estatal, reivindicação dos comunistas influenciados pela Revolução Russa, ou com funções de controle de toda a vida pública, como o moderado Kurt Eisner tentou implantar na Baviera, eram apenas uma lembrança no “ano terrível” de 1923.

Em janeiro de 1923, a ocupação militar da região do Ruhr por forças militares franco-belgas, sob pretexto de garantir a extração e o fornecimento de carvão como pagamento pelas reparações impostas pelo Tratado de Versalhes levou à exacerbação dos sentimentos nacionalistas. Inflação galopante até 1924 (em 1914 um dólar valia 4,20 marcos, em novembro de 1923, 8 milhões de marcos), miséria, desemprego, assassinatos de figuras políticas proeminentes por membros de organizações nacionalistas de direita – eis o pano de fundo confuso e violento em que cresciam as forças de direita.

O KPD depois do fracasso do “outubro alemão” perdeu uma grande parte de seus membros, tanto que nos anos 1924-1930 deixou de ser uma força política

importante. Em contrapartida, as provocações de direita contra a República só temporariamente tinham sido derrotadas. Ficou claro no final de 1923 que a repressão contra as insurreições de direita (como a de Hitler em novembro de 1923 na Baviera) era bem mais fraca que contra as de esquerda, que a contínua agitação dos grupos de direita contra a "República de novembro" mostrava que a República estava assentada em bases muito precárias.

Considerações finais

Para concluir vou me ater a duas questões, a primeira relativa à historiografia, a segunda ao debate político contemporâneo:

1. A interpretação da revolução alemã hoje hegemônica mostra que a Alemanha (tanto no início da revolução quanto depois) não estava à beira do bolchevismo, e que os majoritários tinham uma margem de manobra muito maior do que fazia supor a alternativa bolchevização da Alemanha *ou* construção da democracia parlamentar por meio da aliança entre social-democracia e elites tradicionais.[10] O governo oriundo da revolução poderia ter dado os primeiros passos para uma socialização das minas, e poderia ter utilizado o potencial dos conselhos a favor de uma reforma política social-democrata.

Porém a direção do SPD recusou-se a seguir esse caminho, não porque houvesse uma pressão muito forte das velhas elites, mas porque confiava na lealdade delas em relação ao novo poder. E também porque tinha um pé-atrás em relação ao movimento espontâneo das massas populares – um movimento que, como vimos, não era radical no começo e que se movia no interior do próprio programa social-democrata. O resultado desse comportamento medroso e sem criatividade foi que aquilo que tinha começado em novembro de 1918 como um movimento popular democrático, acabou no primeiro semestre de 1919 em radicalização e resignação. O período que vai de 1921 a 1923, pontuado pelas tentativas de golpe do KPD, é apenas um desdobramento desse percurso: as grandes massas saíram de cena, e foram substituídas pelo Partido Comunista.

---

[10] Tanto a interpretação liberal-democrática, vigente na Alemanha ocidental depois de 1945, quanto a marxista-leninista na antiga RDA, embora com sinais trocados, defendiam a idéia de que em 1918 a Alemanha enfrentava a alternativa bolchevismo ou democracia parlamentar. A primeira via positivamente a política conservadora de Ebert que, supostamente, teria livrado o país da ditadura bolchevique, enquanto a segunda tachava de "traidora" a liderança social-democrata, considerando os spartakistas-comunistas como os únicos verdadeiros revolucionários.

O alvo desta interpretação são os dirigentes do SPD (sobretudo Ebert), porém é uma crítica diferente da dos historiadores marxistas-leninistas, que acusam os social-democratas de "traição". Ela não censura os dirigentes social-democratas majoritários por não terem trabalhado para estabelecer a ditadura do proletariado, que eles rejeitavam abertamente, ou por não terem adotado a perspectiva revolucionária de Lênin. A crítica não é externa, mas interna, e mostra que o SPD não quis, com os meios e com a margem de manobra de que dispunha, nem sequer realizar o seu próprio programa.

É nesse sentido que Sebastian Haffner se refere à revolução alemã como uma revolução "traída". 1918 era uma revolução social-democrata "sufocada no seu sangue, não pelos príncipes e monarcas que derrubou, e sim pelos seus próprios dirigentes que ela, cheia de confiança, levou ao poder."[11] Pelo lado negativo ela garantiu a Ebert e a Noske a imortalidade. Afinal foram os primeiros numa longa trajetória de partidos de esquerda a terem "esquecido" o programa socialista em nome da lei e da ordem. Franz Mehring, pouco antes de morrer, disse da social-democracia alemã: "Nenhum governo desceu tão baixo". E Gustav Landauer antes de ser assassinado pelos corpos francos de Noske: "Não conheço em toda a história da natureza nenhum ser mais repugnante que o partido social-democrata".

Mas como reconhece Haffner, os dois líderes do SPD não eram patifes, e sim homens honestos que reprimiram a revolução por amor à ordem, por acreditarem agir pelo bem da pátria. Esse amor à ordem continha um elemento psicológico que não deve ser desprezado. Homens simples que eram, oriundos do proletariado, sentiam orgulho por passarem a ser tratados com familiaridade pelo Kaiser, por Hindenburg, antes temidos e invejados. Isso fez nascer neles um sentimento de lealdade com as velhas elites que os levou a sacrificar alegremente os antigos companheiros.

O preço pago pelo povo alemão foi muito alto, incluindo a burguesia que se regozijara com a derrota da revolução. Veio o 3º Reich, uma nova guerra mundial, uma segunda e maior derrota, a perda da unidade nacional e da soberania. E tudo isso estava contido em germe na contra-revolução que os líderes social-democratas provocaram. Haffner tem razão ao dizer que "Todos os povos que passaram por uma revolução olham para ela com orgulho. E toda revolução vitoriosa fez com que o povo que a realizou se tornasse grande por um momento: a Holanda e a Inglaterra no século XVII, a

---

[11] *1918/19, Eine deutsche Revolution*, Munique, Kindler Verlag, 1988, p.209.

América e a França no século XVIII e XIX, a Rússia e a China no século XX. Não são as revoluções vitoriosas, são as revoluções sufocadas e reprimidas, as revoluções traídas e renegadas que tornam um povo doente."[12]

2. Se é verdade que os conselhos sempre surgiram em momentos de ruptura da ordem vigente, de que serviria evocá-los num momento de afirmação crescente do capital e, por conseguinte, de refluxo do movimento de massas? Vivemos numa época em que a concentração do poder militar, político, cultural e científico nas mãos dos EUA dificulta enormemente a construção de uma contra-hegemonia. Mas precisamente essa tendência violenta que procura subjugar todas as esferas não-capitalistas e integrá-las na valorização direta do capital leva ao conflito aberto com os movimentos sociais que resistem à globalização. Estes não têm ilusões de que a democracia burguesa, entre outras coisas, não passa de ideologia legitimadora da política imperialista dos EUA.

Nesses movimentos, das mais diversas maneiras, há um ceticismo generalizado em relação à democracia burguesa, e em relação à idéia de que bastam regulamentações institucionais para que se crie nos indivíduos um comportamento democrático. Fica cada vez mais claro que a democracia só pode resultar da participação direta nos assuntos públicos, justamente o que os conselhos garantiam, com suas assembléias, espaço público de discussão e de tomada de decisões diretamente pelos envolvidos. Num momento de crise da teoria e da prática da democracia parlamentar, não deixa de ser salutar a lembrança de antigas experiências de democracia direta.

Rosa Luxemburg (e também Kurt Eisner) pensava que os conselhos eram um meio de educar politicamente as massas, na medida em que funcionam com a participação direta das bases. Para ela, assim como para os movimentos sociais de nossa época, é da participação dos de baixo – da *experiência* das massas populares – que vem a esperança de transformar o mundo. A mudança social não está reservada aos políticos profissionais, nem sequer os de partidos de esquerda, como aprendemos dolorosamente no Brasil de Lula e do PT. Por isso os movimentos sociais são partidários da ação direta, não ficam à espera de soluções parlamentares; eles sabem que os representantes eleitos para o parlamento fazem parte de uma estrutura de poder cooptada pelo capital. A política parlamentar só dá voz aos interesses populares quando forçada em épocas de intensa mobilização coletiva. Quando, contra o vírus do parlamentarismo que se propagava na social-democracia alemã, Rosa Luxemburg adotava o verso do Fausto,

[12] Idem, p.213.

“no princípio era a ação”, ela revelava um profundo e acertado ceticismo em relação à possibilidade de os mecanismos parlamentares por si sós conquistarem e preservarem direitos de quem não possui capital. Subverter a base do edifício requer superar a separação entre política e vida social, ir além da política vista como atividade especializada de profissionais, tal como ocorreu na experiência fugaz dos conselhos na Alemanha.

Em função disso, a satisfação de H. A. Winkler em relação à entrada da Alemanha na “normalidade” européia precisa ser vista com distanciamento. Se, por um lado, é perfeitamente compreensível que a experiência do nazismo torne desejável, por parte dos alemães, a aceitação dos valores democrático-parlamentares, por outro essa posição acrítica parece transformar em modelo justamente o que está sendo questionado, com razão, pelos movimentos sociais contemporâneos – a democracia parlamentar como máscara da acumulação do capital.